

BRASIL, BRASILEIROS POR QUE SOMOS ASSIM?

**Cristovam Buarque
Francisco Almeida
Zander Navarro**

"O processo civilizatório, no Brasil, não tem saldo positivo; utilizou-se do engodo, do medo, da perversidade, da expertise, do pecado e da crueldade"
(Socorro Ferraz)

"O ferro dominou dos grilhões de origem equívoca a uma sentença irreversível, significando que nossos males não eram, então, pois, o Brasil condenado ao atraso, à pobreza e ao autoritarismo político?"
(Bolívar Lamounier)

"Somos um povo que se estruturou por meio do Estado, mas à margem dele [...] O pecado original, porém, não terminou de ser expiado: continuamos desconfiando da vida pública e estabelecendo com o Estado uma relação permanente de amor e ódio"
(Marco Aurélio Nogueira)

"A crescente intolerância em relação à 'injustiça', entendida como privilégio e/ou como impunidade, veio convergir com o aumento exponencial da intolerância pela desigualdade econômica, característica típica dos momentos de crise econômica."
(Lourdes Sola)

"Talvez o mais grave atualmente seja o nosso desprezo a um rumo para o futuro: sem conexão no presente e sem rumo para o futuro, somos um país ameaçado por nós próprios"
(Cristovam Buarque)

A organização desta coletânea de ensaios sobre "o Brasil e o modo-de-ser dos brasileiros" foi motivada, sobretudo, pelo sentimento coletivo de profunda inquietação e o disseminado, ainda que difuso, mal estar que nesta quadra histórica a quase todos vêm acometendo. Em face de sua inédita magnitude, sem possibilidade comparativa com outros momentos do passado, muitos irão preferir a palavra mais abrangente e expressiva, enfatizando que, de fato, estaríamos tentando entender e nos equilibrar em meio a uma generalizada crise, a qual estaria lentamente corroendo a sociedade e suas estruturas. Os diversos autores que contribuem para esta coleção de ensaios nos alertam para várias ameaças e bloqueios que têm impedido a emergência do Brasil como nação mais próspera e justa. São interpretações que derivam de leituras de realidade elaborada por experimentados e sólidos cientistas sociais e observadores agudos de nossa realidade social. É preciso refletir sobre o Brasil, como espaço social e território de convivência humana, sobre a identidade que poderia nos unir, sobre os nossos bloqueios, estruturais ou conjunturais.

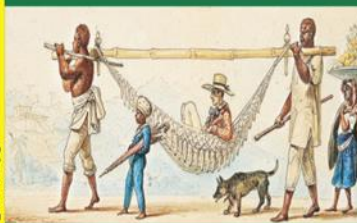


BRASIL, BRASILEIROS.
POR QUE SOMOS ASSIM?

Cristovam Buarque
Francisco Almeida
Zander Navarro
(Orgs.)

**BRASIL,
BRASILEIROS.
POR QUE
SOMOS
ASSIM?**

Cristovam Buarque
Francisco Almeida
Zander Navarro
(Orgs.)



"Por que não somos de outro jeito? [...] Somos assim porque não somos. Passamos toda a nossa história nos desconstruindo [...]. Não buscamos saídas porque as saídas nos tirariam o prazer desse purgatório colonial, nos tirariam para o mundo de hoje, nos obrigariam a chegar ao destino"
(José de Souza Martins)

"Construímos um país-miragem, que descreve a si mesmo através de imagens tão elaboradas que não servem apenas como produto para exportação, nós mesmos somos levados a crer na ilusão que projetamos."
(Loreley Garcia)

"Somos e o ainda não interpretado [...] Somos porque fomos: é repetição do passado. Se há futuro se pudermos dizer que somos porque somos [...] Toda vida de uma identidade nacional é, de certo modo, uma operação mítica e sacerdotal com o passado"
(Augusto de Franco)

"Malgrado o sentimento inédito de rejeição a tudo que aí está, a democracia não vai mal [...] A doença política no país resulta do confronto entre instituições robustas de controle e o fortalecimento da capacidade da sociedade civil em monitorar governos e representantes. Assenblam-se as dores do parto de uma nova ordem"
(Marcus André Melo)

Publicado pela Fundação Astrojildo Pereira (www.fundacaoastrojildo.com.br) em parceria com a Verbená Editora (<http://www.verbenaeditora.com.br/>)

Autores Contribuintes:

Alberto Aggio, Augusto de Franco, Bolívar Lamounier, Cristovam Buarque, Flávio Khoté, John Garrison, José de Souza Martins, Loreley Garcia, Lourdes Sola, Luís Mir, Marco Aurélio Nogueira, Marcus André Melo, Mércio Gomes, Paulo César Nascimento, Socorro Ferraz e Zander Navarro

O BRASIL E OS BRASILEIROS – UM OLHAR EXTERNO (OTIMISMO É PRECISO!) ¹

John W. Garrison II ²

Sempre me considerei um “brasileiro de coração”. Gosto muito da expressão, pois reflete minha condição de ser brasileiro por *opção* e não por *nascença*. Embora more atualmente nos Estados Unidos, onde nasci, passei quase a metade de minha vida no Brasil e participei intensamente na vida política do país, especialmente envolvido em iniciativas destinadas a fortalecer a sociedade civil. Atualmente, leciono um curso sobre o Brasil na Universidade George Washington, na capital do país, e sigo assiduamente a política através da leitura diária dos jornais brasileiros e assistindo o noticiário na televisão. Por este motivo, continuo vivamente ligado ao Brasil, seguindo cada capítulo de sua política conturbada e torcendo para que o país consiga contornar as sérias crises econômicas e políticas que vêm experimentando. Ao mesmo tempo, vivencio a inacreditável política atual dos Estados Unidos sob a era Trump e vejo paralelos nunca antes vistos, comparando-se as crises políticas nos dois países.

Fui convidado para participar dessa coletânea sobre a identidade social, nacionalidade e cultura do Brasil, precisamente pelo fato de ser “bicultural” e, assim, presumivelmente poder oferecer uma visão distanciada sobre o país e os comportamentos de seu povo (ou parte deles). Represento também a experiência singular de um norte-americano criado no Brasil e, talvez ainda mais surpreendentemente, ter ao mesmo tempo militado no campo da esquerda brasileira e trabalhado com o governo norte-americano e o Banco Mundial. Pretendo, portanto, compartilhar as minhas experiências de três décadas como um ator ativo, mas coadjuvante, no surgimento da sociedade civil brasileira no período contemporâneo. No final, ofereço alguns comentários sobre a atual crise econômica e política no Brasil e, ao mesmo tempo, breves reflexões comparativas com a história e política dos Estados Unidos. Desde logo adianto que esta não será uma tarefa fácil, pois desde jovem aprendi que esses países “quase gêmeos” de nosso hemisfério mantêm entre si uma relação ambivalente, a qual tem oscilado entre apreço e descaso ao longo dos séculos.

Introdução

Passei minha infância e adolescência vivendo em várias cidades do interior de São Paulo onde fui escolarizado em português e aprendi a valorizar a vida mais tradicional e calma das pequenas cidades. Cursei a universidade e fiz mestrado nos Estados Unidos, embora tenha passado dois períodos marcantes estudando na Universidade de Brasília. Como profissional, passei trinta anos trabalhando no Brasil em diversas regiões do país e em diferentes setores, mas sempre atividades voltadas para o fortalecimento da sociedade civil. Por isso, vivenciei fortemente o cotidiano da diversidade regional brasileira e suas particularidades. Comecei trabalhando em Washington em uma ONG de direitos humanos que atuava na

¹ Capítulo do Livro “Brasil, Brasileiros. Por Que Somos Assim?” Cristovam Buarque, Francisco Almeida, Zander Navarro (Orgs.), Verbena Editora, Ltda. Fundação Astrogildo Pereira, Brasília, DF, 2017.

² Professor Adjunto na George Washington University em Washington. Trabalhou por vinte anos no Banco Mundial em Brasília e Washington. Também trabalhou com diversas organizações no Brasil e Estados Unidos voltados a defesa dos direitos humanos e ao apoio ao desenvolvimento social. Mestre em Estudos da América Latina pela Vanderbilt University, tem publicado inúmeros artigos sobre o Brasil.

luta pela democratização do Brasil. Depois, passei vários anos em Recife, onde trabalhei com a chamada cooperação internacional vinculada à Igreja Católica dos Estados Unidos, financiando projetos comunitários no Nordeste.

Posteriormente, vivi uma temporada em Piracicaba trabalhando na universidade metodista local, como docente, ao mesmo tempo em que apoiava sob diversas formas os movimentos de esquerda na América Latina e militava no PT. Passei então um ano trabalhando em uma ONG de Brasília que promovia temas em direitos humanos, enquanto acompanhava e tentava influenciar a Constituinte de 1998. De lá fui trabalhar em Washington com uma agência do Congresso Americano (a Fundação Interamericana), o qual apoiava financeiramente dezenas de ONGs ao redor do Brasil. Finalmente, encerrei minha carreira no Banco Mundial, passando cinco anos em Brasília e quinze anos em Washington, antes de tornar-me professor em tempo parcial na George Washington University.

Em termos de meus comentários, quero enfatizar primeiramente que sou otimista em relação ao futuro do Brasil. Apesar da crise profunda pela qual passa o país e que tem negativamente afetado milhares de brasileiros, antevejo como um efeito lógico e inevitável o surgimento de um Brasil menos corrupto e mais democrático. Em segundo lugar, creio que os brasileiros são demasiadamente severos consigo mesmos (o “complexo de vira-latas” que Nelson Rodrigues realçou em sua magistral obra teatral) e devem reconhecer os avanços históricos alcançados, em vez de continuar a esperar por um ‘país do futuro’ que parece nunca chegar. Em terceiro lugar, creio ser necessário reconhecer que o grande problema do país é a sua herança colonial e os reiterados desmandos de suas elites. Infelizmente, o Brasil tem uma elite econômica e política mais voltada à satisfação de seus interesses exclusivos e imediatos, do que com o bem comum. Em quarto lugar, a atual crise política e a ação da Lava Jato demonstram como é urgente uma reforma política que permita aos cidadãos poder efetivamente fiscalizar os governos e os políticos.

Infância e Adolescência

Cheguei ao Brasil no início de 1954 com quatro meses de idade, a bordo de um navio cargueiro japonês procedente de Nova Orleans. Meu pais eram missionários da Igreja Metodista e vieram ao Brasil para “pregar o evangelho” e fortalecer a presença do metodismo no país. Gosto de dizer que o meus pais vieram “salvar almas”, mas foi o Brasil que acabou “salvando-os”, pois expandiu seus horizontes. Eles chegaram sem conhecer a língua, a história ou a cultura do país, mas acabaram amando o país onde viveram por mais de 50 anos. No final da vida o meu pai foi homenageado com o Título de Cidadão Honorário de Brasília em reconhecimento a sua contribuição à cidade, e ele e minha mãe estão sepultados no cemitério Campo da Esperança em Brasília.

Passei minha infância e adolescência vivendo em várias cidades do interior paulista, como Campinas, Mogi das Cruzes, e Franca. Sendo um pastor missionário, meu pai era designado para pastorear igrejas nessas cidades. Minhas primeiras lembranças são de Franca, uma pequena cidade perto da divisa com Minas Gerais que, naquela época da década de 1960, era conhecida por sua forte indústria de calçados. Minhas primeiras lembranças da via tranquila e mais lenta do interior era caminhar com meu pai para fazer compras no centro da cidade, vendo minhas irmãs seguindo os *footings* dos jovens na praça central aos sábados à noite e comendo pastéis quentinhos no mercado municipal. Foi onde fui escolarizado, no

curso primário situado a um quarteirão da minha casa, e onde aprendi o português e a “língua pátria”. Foi uma experiência que me tornou um brasileiro, senão pelo nascimento, pelo menos pelo coração.

Também foi em Franca que pela primeira vez percebi o significado de ser um estrangeiro no Brasil. Por um lado, a nossa família era tratada com respeito, pois éramos a única família de norte-americanos morando em Franca naquela época. Nossos vizinhos aproximavam-se pela curiosidade de conhecer os estrangeiros e ouvir inglês. Por outro lado, sentia também certo desdém de alguns que expressavam aversão aos Estados Unidos por motivos políticos ou culturais. Uns meninos da vizinhança zombavam de mim por ser tão loiro ou usar roupas diferentes. Alguns anos mais tarde é que entendi a paradoxal relação de apreço e descaso ou a relativa hostilidade que muitos brasileiros sentem com relação ao seu vizinho do Norte. Lembro-me de ter entrado em um barzinho da vizinhança em Campinas para comprar algo encomendado por minha mãe, quando me deparei com alguns homens bebendo cerveja. Quando um deles, jocosamente, me perguntou se eu seria um “gringo”, rapidamente respondi que não, que era canadense. Ele então respondeu rindo que gostava dos canadenses!

Foi em Franca também que tive minha primeira noção de política. Como os únicos estadunidenses na cidade, recebemos telefonemas de inúmeras pessoas solidarizando-se conosco pelo assassinato do Presidente Kennedy, em 1963. Também ouvi meus pais falarem sobre o golpe militar de 1964, mas apenas anos depois é que soube acerca dos boatos de que os meus pais estariam arrolados em lista de morte supostamente preparada por simpatizantes comunistas. Obviamente, esses boatos faziam parte da campanha de desinformação espalhada pelos militares para amedrontar a população e convencê-la a apoiar o golpe. Não sei se meu pai acreditou nos boatos, mas creio que o episódio contribuiu para ele apoiar o regime militar naqueles anos.

Depois que mudamos para Campinas, onde passei a minha adolescência, tive outras experiências relacionadas ao regime militar. Primeiro, quando estudava na Escola Americana de Campinas fui a São Paulo para participar de um campeonato esportivo e fiquei hospedado por várias noites na casa de um diplomata do Consulado Americano. Na ida à escola, a mãe me pediu para sentar no banco da frente enquanto seu marido sentava agachado no banco de trás do carro. Na época não achei nada estranho e só muitos anos depois entendi o temor do funcionário do Consulado de ser sequestrado. Naquele dia eu tinha servido casualmente de um inocente alvo. Em segundo lugar, embora não tivesse conhecimento da forte repressão política sendo exercida pelo Governo Médici, de vez em quando ouvia falar de assaltos a bancos. Meu pai, que lia o censurado *Estado de São Paulo*, me alertava sobre o fato de que “grupos terroristas” aliciavam jovens inexperientes (como eu) para os seus grupos, e que deveria ter cuidado. Quando me preparava para ir cursar a universidade nos Estados Unidos, meu pai me disse várias vezes que deveria defender a honra do Brasil no exterior, pois havia uma campanha internacional de difamação contra o país alegando que aqui ocorria repressão e tortura.

Creio que não levou mais do que seis meses, contudo, depois de minha chegada em uma pequena universidade do centro-sul dos Estados Unidos (Kentucky) para que eu começasse a ler artigos críticos sobre a repressão política no Brasil. Quando li o livro do deputado cassado Marcio Moreira Alves, *Um grão de mostarda: o despertar da revolução brasileira*, decidi que não mais seguiria as instruções dadas pelo meu pai para defender o regime militar. Este sentimento se consolidou quando passei uma temporada

em Brasília em 1973, na casa dos meus pais. Frequentei um curso de Sociologia na Universidade de Brasília e lembro quando a universidade entrou em greve, protestando contra a nomeação de um reitor de origem militar.

Uma das minhas grandes lições políticas, naqueles anos, ocorreu quando frequentei uma plenária de estudantes para decidir sobre a continuação ou não da greve. Após ouvir os argumentos a favor e contra a continuação da greve, fui um, entre meia dúzia de pessoas, a levantar a mão em prol do término da greve, enquanto a esmagadora maioria votava a favor da continuidade do movimento. Primeiro, me senti muito exposto, pois era o único “gringo” participando da plenária e também era um aluno visitante, sem aparente direito a voto. Felizmente, ninguém notou meu gesto dissidente, mas este episódio me ensinou uma importante lição que serviria bem no futuro. Ou seja, em situações nitidamente políticas é preciso entender melhor o contexto e estar atento antes de tomar decisões. Lembro também de um segundo episódio que me chocou e deixou claros os contornos da repressão. Centenas de soldados armados com fuzis cercaram uma igreja católica próximo de minha casa na Asa Sul para não permitir que pessoas participassem de um ato de apoio a um líder estudantil desaparecido. Este episódio evocava para mim a realidade das ditaduras não só do Brasil, mas dos outros países da América Latina da qual tomava conhecimento através de leituras e documentários.

Vida Profissional

Durante os vários empregos que mantive durante os quarenta anos seguintes, no Brasil e nos Estados Unidos, expandi o meu conhecimento sobre o país e aprofundei minha trajetória no campo da sociedade civil. Iniciei minha carreira profissional trabalhando como estagiário na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização de Estados Americanos em Washington, em 1980. Embora exercendo uma função meramente administrativa, foi uma experiência inesquecível e profundamente marcante. Primeiramente, fui encarregado de abrir e organizar as centenas de cartas recebidas de familiares dos “desaparecidos” na Argentina durante o regime militar em curso naquele país. Foi chocante, quase desolador, ler as cartas suplicantes de pais, avós e irmãos solicitando informações sobre seus familiares desaparecidos. Muitos mandavam fotos e outros incluíam alguma lembrança pessoal. A minha segunda tarefa foi também abrir e organizar cartas e fotos recebidas da Nicarágua, as quais comprovavam as diversas formas de brutalidades cometidas pelo governo de Anastasio Somoza contra a população durante a insurgência Sandinista. Essas foram tarefas que cabalmente demonstraram o nível de barbaridade que alguns governos podiam sancionar, em nome da ideologia ou da busca desenfreada pelo poder. Foram experiências que me impulsionaram para o campo da esquerda e da contestação social.

Depois fui trabalhar no Washington Office on Latin America (WOLA), uma pequena ONG que na ocasião analisava e advogava em favor de políticas públicas voltadas à América Latina no âmbito do Congresso Norte-Americano. Naquela época, a ênfase do trabalho era defender presos políticos e apoiar os movimentos em prol da democracia no continente. Além de desenvolver atividades relacionadas especificamente com a Colômbia e o Paraguai, pude administrar um programa em prol da anistia no Brasil. Neste sentido, tive a oportunidade de organizar a visita de vários dissidentes brasileiros ao Congresso. Um dos dissidentes que recebi foi Abdias do Nascimento que, já professor universitário nos Estados

Unidos e um dos líderes do movimento negro, se reuniu com vários deputados para denunciar violações de direitos humanos e modalidades de racismo no Brasil.

Outra figura histórica e impressionante que pude conhecer no período foi o pastor presbiteriano Jaime Wright, que trabalhava como assessor do Cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns. O irmão de Jaime, Paulo Wright, fora uma das centenas de “desaparecidos”, vitimado pelo regime militar nos anos 60 e o fato o levou a se envolver intensamente na luta pela anistia. Ele foi o principal organizador do livro *Brasil Nunca Mais*, publicação que documentou de forma precisa e detalhada as violações dos direitos humanos e políticos perpetrados pelo regime militar. Também escrevi, nesse período, vários artigos para revistas americanas, como o *Américas Magazine* (dos jesuítas), sobre a atuação da Igreja Católica em prol da democracia e o surgimento do movimento negro no Brasil. Tendo em vista meu status de estrangeiro no Brasil e com receio de perder meu visto permanente, publiquei esses artigos sob o pseudônimo de Ricardo Boaventura.

Depois fui trabalhar com a organização *Catholic Relief Services* (CRS), que é a agência de desenvolvimento dos bispos católicos americanos. Enquanto aguardava a renovação de meu visto no Brasil, passei seis meses na Cidade do México. Foi uma experiência fascinante poder viajar pelo país visitando paróquias e comunidades católicas, às quais a CRS estava apoiando. O México contém culturas indígenas milenares e riquíssimas, e cada estado visitado resultava em intenso aprendizado cultural. Aproximei-me de ONGs mexicanas que trabalhavam pela justiça social e ajudei a organizar um comitê de solidariedade de cidadãos norte-americanos em favor dos movimentos revolucionários na Nicarágua (Frente Sandinista) e em El Salvador (Frente Farabundo Martí – FMLN). Adicionalmente, colaborei para organizar um contingente de norte-americanos que participou de uma grande marcha “contra o imperialismo americano” na Avenida Reforma, uma das principais da capital mexicana.

Quando finalmente recebi meu visto e eu e minha esposa pudemos ir ao Brasil, em 1981, fomos morar em Recife, onde ficamos por quase três anos. Trabalhava em um pequeno escritório da CRS localizado no antigo cais do porto de Recife. A CRS financiava naquela época dezenas de cooperativas rurais, associação de moradores e ONGs de assessoria espalhadas pelo Nordeste. Visitei inúmeras cidades e paróquias e assim conheci muitos padres e freiras morando em comunidades rurais ou favelas, vivenciando direta e ativamente os cânones da Teologia da Libertação. Minha maior inspiração foi conhecer o Arcebispo de Recife, Dom Helder Câmara, o qual me impressionou de forma profunda por sua simplicidade e coragem política. Tive até a oportunidade de apresentá-lo aos meus pais, que estavam nos visitando em Recife, e senti que contribuí de forma singela com o avanço do ecumenismo religioso no Brasil.

Em 1983, já no ocaso do regime militar, fui trabalhar na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) como assessor da reitoria para direitos humanos e também como professor visitante. Os três anos que passei em Piracicaba foram muito estimulantes e politicamente vibrantes e me permitiram reconectar com minhas raízes brasileiras. A UNIMEP é uma de duas universidades metodistas no país, sendo também reconhecida como uma renomada universidade privada. Na época, a UNIMEP era dirigida pelo Reitor Elias Boaventura que seguia uma política bastante progressista, reunindo os principais líderes nacionais do Metodismo e alguns acadêmicos de renome. Também lecionei um curso sobre Estudos de Problemas

Brasileiros (EPB) e considereir irônico que, embora este curso tivesse sido criado pelo regime militar nos anos de 1970 para reforçar sua visão nacionalista do país, eu enfoquei o curso no que julgava serem os verdadeiros problemas do país, como a falta de democracia, crise econômica e a exclusão social.

No início de 1984 participei de uma viagem de estudos para Cuba e Nicarágua, juntamente com dez outros professores da UNIMEP. No fundo foi uma viagem de cunho ideológico, pois seu objetivo era conhecer os avanços das revoluções cubana e nicaraguense, e demonstrar nossa solidariedade. Fomos hospedados por agências governamentais e passamos duas semanas em cada país. Em Cuba permanecemos num balneário próximo a Havana e todos os dias éramos levados em micro-ônibus para visitar escolas, hospitais, centros de produção e alguns Comitês de Defesa da Revolução. Nossa visita a Nicarágua foi mais precária devido à pobreza do país e o pouco tempo do Governo Sandinista. Ficamos hospedados em uma universidade em Manágua, cujo alojamento e comida eram bastante simples. Por outro lado, fiquei inspirado visitando comunidades eclesiais de base e conversando com algumas das principais lideranças do país, como o lendário Ministro de Educação, Padre Fernando Cardenal.

Esta viagem foi uma experiência esclarecedora, pois pela primeira vez pude observar de perto as conquistas, mas também os problemas e os desafios do modelo socialista. Em Cuba, embora impressionado com a qualidade do sistema educacional e de saúde, fiquei alarmado com o nível de controle que o estado exercia sobre os cidadãos. Lembro que quase todos com quem a delegação se reuniu durante a visita elogiavam de forma efusiva a revolução e agradeciam o Partido Comunista e o próprio Fidel pelos “avanços” da revolução. Só pude ouvir opiniões mais objetivas quando conversei com um padre católico e um pastor metodista, os quais mantinham uma perspectiva mais crítica em relação as condições de vida na ilha. Também fiquei chocado com as péssimas condições das moradias, supermercados com poucos produtos alimentícios e o fato que os cubanos aparentemente não podiam comprar produtos nas poucas, mas bem abastecidas lojas destinadas aos turistas. A visita a Cuba levantou sérias dúvidas sobre a viabilidade de um modelo socialista com claras conquistas sociais, mas com uma política econômica falha e uma governança pouco democrática. O autoritarismo mais recente do governo de Daniel Ortega, que em 2016 expulsou a oposição do Congresso Nicaraguense e elegeu a própria esposa como Vice-Presidente, apenas reforçou a impressão que tive trinta anos atrás - um modelo socialista sem democracia real não seria viável no longo prazo.

Por fim, minha passagem por Piracicaba igualmente me transformou em militante do Partido dos Trabalhadores. Muitos dos meus colegas professores e funcionários da UNIMEP militavam ativamente no PT, participando de reuniões do partido, fazendo festas e jantares em casa para arrecadar fundos, e realizando comícios em Piracicaba. Lembro vivamente dos vários ônibus que fretamos para participar do maior comício das Diretas Já no Vale do Anhangabaú (1984), e fazer “boca de urna” em prol de Eduardo Suplicy na campanha para prefeito, em 1985. Era um grupo grande e muito motivado de militantes com ideias claras sobre como transformar o país e com propostas para melhorar a qualidade de vida na cidade. Averigui sobre a possibilidade de me tornar filiado ao partido, mas fui informado pelo presidente do diretório que isto não era possível devido à minha condição de estrangeiro. Eventualmente este núcleo de militantes conseguiu eleger o primeiro prefeito petista de Piracicaba, José Machado, em 1988.

Após quase três anos em Piracicaba fui trabalhar no Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), uma das principais ONGs de Brasília. O papel de assessoria que o INESC exercia no Congresso Nacional me pareceu bastante familiar à função que desempenhara pelo WOLA, em relação ao Congresso Norte-Americano, alguns anos antes. Cheguei num momento histórico, ou seja, durante a elaboração da Constituição de 1998 e pude assim não só atuar como assessor no Congresso para questões de reforma agrária e ambiental, mas vivenciar o dinâmico processo constituinte. Tive também a oportunidade de trabalhar com Maria José (Bizeh) Jaime que fundou o INESC após ter militado na resistência ao regime militar nos 60, e era uma das maiores lideranças da sociedade civil brasileira.

Fundação Interamericana

Em 1988, decidi mudar com a família para Washington para trabalhar na Fundação Interamericana. Eu fiquei conhecendo a IAF alguns anos antes, pois eles financiavam o trabalho de extensão universitária na UNIMEP e o trabalho de assessoria do INESC. A IAF é uma agência de cooperação internacional criada pelo Congresso Americano em 1969, cujo objetivo principal seria apoiar o “desenvolvimento comunitário” na América Latina. Devido ao seu status de independência com relação ao Governo, a IAF sempre pode atuar diretamente com a sociedade civil sem sofrer o controle do Departamento de Estado ou das embaixadas americanas. Mesmo sabendo que a IAF gozava da confiança de muitas entidades às quais financiava no Brasil, a decisão de deixar o INESC e sair do campo da esquerda para ir trabalhar para o governo americano foi uma transição bastante desafiadora para mim.

Foram oito anos muito estimulantes que passei na IAF apoiando centenas de projetos em quase todo o Brasil, inclusive porque foi um período coincidente com o aprofundamento democrático no Brasil que se seguiu à Constituinte. Viajava intensamente e pude conhecer novas regiões do país como a Amazônia. Na época a IAF tinha um orçamento anual de aproximadamente 2 milhões de dólares e financiou muitas das principais ONGs do país, as quais atuavam em temas como agricultura, educação, urbanização e meio ambiente. Enquanto o país sofria as consequências da chamada “década perdida” caracterizada por alta inflação e crises econômicas, políticas e sociais durante os governos Sarney, Collor e Franco, tive o privilégio de vivenciar o novo Brasil mais democrático e popular emergindo das bases e da sociedade civil, particularmente na década de 1990. Ao contrário do pessimismo de muitos, entendia que um país melhor estava surgindo, o que poderia mudar os rumos do país. Era o otimismo típico dos militantes petistas naqueles anos, entre os quais eu me incluía, pois parecia inevitável que, em algum momento, o partido chegaria ao poder em Brasília.

Duas ilustrações sobre a atuação estratégica da IAF. O primeiro projeto que visitei refletiu bem esta dicotomia histórica que estava vivenciando entre o desânimo da crise ao nível *macro* e a e esperança da mobilização popular no nível *micro*. Fiz uma viagem a Passo Fundo (RS) para visitar jovens agrônomos que estavam propondo a criação de um centro de agricultura alternativa ecológica, próximo da Fazenda Annoni onde o Movimento Sem Terra realizara, em outubro de 1985, a maior ocupação de sua história gaúcha. Com o apoio da IAF e outros doadores, como a Misereor da Igreja católica alemã, o Centro de Tecnologia Alternativas Populares (CETAP) foi fundado e teve um papel importante naqueles anos, possibilitando que os pequenos agricultores e os novos assentados do MST pudessem aumentar e diversificar sua produção agrícola.

Outro projeto estratégico apoiado pela IAF, no outro extremo do país, foi a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX), no Acre, que iniciara um projeto de processar e exportar castanhas do Pará. Tive a oportunidade de conhecer a floresta amazônica, visitar as “colocações” de seringueiros e conhecer a distinta realidade desta região. Infelizmente, não tive a oportunidade de conhecer o seringueiro e ambientalista Chico Mendes que fundou a CAEX e foi assassinado por um fazendeiro em 1988, mas pude interagir com muitos de seus colegas e ver, em primeira mão, o importante impacto político que sua atuação teve na região, no Brasil e mundialmente. Em Washington, participei da missa do Sétimo Dia realizada próximo ao Congresso Americano, e recentemente ajudei a organizar uma conferência na American University para comemorar os 25 anos do legado de Chico Mendes.

A experiência mais marcante para mim, contudo, foi conhecer e financiar duas ONGs lideradas por Herbert (Betinho) de Sousa. Eu o conheci quando trabalhava na CRS em Recife, em um encontro promovido pela Conferência Nacional dos Bispos Brasileira (CNBB) em Fortaleza. Betinho foi bastante amigável e fiquei cativado, pois nunca tinha conhecido alguém tão intelectualmente lúcido e generoso de espírito como ele. Tivemos a oportunidade de interagir através dos anos quando trabalhava na UNIMEP, INESC, IAF e, posteriormente, no Banco Mundial. A IAF apoiou financeiramente o trabalho de democratização da informação desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), além do trabalho de políticas públicas e pesquisa da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), ambas estabelecidas pelo Betinho. A ideia de criar o IBASE nasceu quando ele ainda estava exilado no Canadá, e a necessidade de criar a ABIA surgiu de forma inesperada, quando Betinho contraiu o vírus HIV. Ele e seus irmãos, o famoso cartunista Henfil e o músico Chico Mário, eram hemofílicos e contraíram o vírus através de transfusões de sangue no início da epidemia, quando os bancos de sangue ainda não estavam sendo adequadamente fiscalizados. Tive a oportunidade também de ajudar a organizar uma visita que ele e outros líderes da Associação Brasileira de ONGs (ABONG) realizaram a Washington para visitar a IAF, o Congresso Americano e o Banco Mundial.

Considero Betinho um dos mais importantes líderes nacionais de nossa época, pois só não desempenhou um papel fundamental na democratização do país, mas ajudou a sociedade brasileira a enfrentar a AIDS. Ele também desempenhou um papel muito importante ao liderar a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, a qual não só despertou a atenção para a questão da fome e pobreza, mas posteriormente serviu de modelo ao trabalho do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) e, mais tarde, do Bolsa Família nos governos Lula e Dilma. O que mais admirava na ação pública de Betinho era a sua clareza de pensamento e postura ética que iam além da ideologia e posicionamentos partidários. O fato, por exemplo, que ele tenha tido a ousadia de aproximar-se dos militares e do setor privado para arrematá-los à campanha contra a fome causou certo incômodo entre algumas ONGs mais ideológicas, mas para mim demonstrou o seu compromisso inabalável para combater a pobreza e injustiça social no Brasil. No final de sua vida, foi nomeado para o prêmio Nobel da Paz por algumas entidades no Brasil, e lamento que ele não tenha recebido esse merecido reconhecimento internacional.

Durante minha experiência com a IAF, vivenciei alguns episódios curiosos, os quais revelaram a aparente contradição de uma agência do governo americano estar apoiando a sociedade civil e a esquerda no Brasil. Um dos casos mais curiosos foi uma entidade donatária da IAF no sul do país que elaborou um vídeo que, absurdamente, alegava que a segunda guerra mundial teria sido deflagrada pelo Congresso Americano a

partir de um complô para permitir que os Estados Unidos se tornassem uma potência mundial. O mesmo Congresso que a financiava para promover justiça social no campo no Brasil. Outro caso paradoxal foi o financiamento de uma ONG que trabalhava com o tema da AIDS e que produziu folhetos sobre como garantir relações seguras entre homossexuais. Tivemos o cuidado de não divulgar estes folhetos em Washington, pois na época os republicanos já tinham maioria no Congresso Americano e se opunham a qualquer financiamento relacionado à questão do homossexualismo, nos Estados Unidos ou no exterior.

Esse período vinculado à IAF, provavelmente, nunca será pesquisado mais detalhadamente, mas pode ter exercido uma importância política muito maior do que o breve relato acima e, de certa forma, ainda que parcialmente, responder à pergunta principal desta coletânea – “por que somos assim?”. Pois existe aqui um fato histórico pouco conhecido, porém, bastante significativo. Qual seja, uma agência diretamente vinculada ao Congresso dos Estados Unidos atuou durante toda a década de 1990 diretamente apoiando a democratização do país através do apoio a inúmeros grupos de ativistas da sociedade civil. Tendo em vista que praticamente todas as ONGs financiadas também atuavam politicamente no campo político do Partido dos Trabalhadores, pode-se concluir que recursos públicos do Congresso Americano financiaram, ainda que indiretamente, o crescimento do PT no Brasil exatamente quando o clima político mais favorecia a sua expansão.

Banco Mundial

A última experiência profissional que tive no Brasil foi ter trabalhado com o Banco Mundial em Brasília e depois em Washington. Exerci o inusitado cargo de “Especialista em Sociedade Civil”, o que parece ser um contrassenso para uma instituição antes acostumada a se relacionar apenas com governos e o setor privado. Minha função era paradoxal também pelo fato que muitas ONGs e movimentos sociais, no Brasil e mundialmente, protestassem contra as chamadas políticas “neoliberais” do Banco, e não demonstravam interesse algum em se aproximarem do Banco. Na realidade, fui a primeira pessoa a exercer esta função na história do Banco Mundial no Brasil e fui contratado para justamente tentar aproximar a instituição da sociedade civil brasileira. Como se pode imaginar, a decisão para concorrer a este cargo foi ainda mais difícil do que minha ida anterior para IAF. Enquanto esta última era conhecida e respeitada por muitas entidades civis, o Banco Mundial era pouco conhecido e geralmente visto com grande suspeita pela sociedade civil.

A minha decisão foi pautada por um desafio profissional e político. Após ter passado minha carreira até então atuando no nível *micro*, sempre apoiando políticas e projetos locais e “alternativos”, queria agora tentar compreender e atuar no nível *macro* e no espaço intergovernamental. Minha intuição era de que o Banco Mundial não seria tão ideológico e monolítico como parecia ser por fora, e que seria possível apoiar reformas internas para torná-lo mais transparente e acessível. Fui contratado no final de 1995, juntamente com outros “especialistas” em sociedade civil de mais de 80 países ao redor do mundo, em uma tentativa do Banco para se aproximar e dialogar com as ONGs críticas do Banco. Um dos primeiros obstáculos que enfrentei foi o fato de que o principal instrumento de planejamento do Banco Mundial para atuar em cada país específico, um documento intitulado “Estratégia para o País”, não era acessível ao público e as ONGs acertadamente criticavam esta política pouco transparente. Meu principal interlocutor não governamental era a “Rede Brasil Sobre Instituições Financeiras Multilaterais”, que fora criada por um

grupo de ONGs para fiscalizar as políticas e ações do Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Brasil. Curiosamente, a Rede Brasil era sediada no INESC, onde eu tinha trabalhado alguns anos antes. A Rede obteve uma cópia vazada da estratégia e a publicaram em forma de livro para pressionar o Banco Mundial para divulgá-la publicamente. Felizmente essas táticas de pressão das ONGs no Brasil e ao redor do mundo funcionaram, pois logo em seguida o Banco adotou uma nova política, não só tornando públicas as estratégias de cada país, mas instruindo que todos os escritórios dos países, dali em diante, consultassem a sociedade civil durante a elaboração dos mesmos.

Durante os cinco anos que passei em Brasília houve avanços significativos nas relações entre o Banco Mundial e importantes setores da sociedade civil. Contatos foram estabelecidos pela primeira vez entre o Banco e vários sindicatos (CUT, Força Sindical, CONTAG), movimentos sociais (GTA, CNS, COAIB), e igualmente com redes de ONGs (ABONG, Meio Ambiente, ONG/AIDS). A maioria desses contatos foi ocasional, envolvendo somente reuniões de consulta sobre a nova estratégia do país ou políticas globais do Banco como salvaguardas ambientais, mas em alguns casos as interações foram intensas e duradouras, pois envolveram negociações sobre políticas setoriais e/ou projetos. Este foi o caso, por exemplo, com as principais ONGs que trabalhavam com o tema da AIDS, como a ABIA e o GAPA/SP, que participaram do desenho, execução e acompanhamento do Projeto AIDS, o qual mobilizou 250 milhões de dólares financiados pelo Banco. Outro caso foram as ONGs e movimentos sociais sediados em Rondônia, que passaram meses negociando a reestruturação do problemático projeto PLANAFLORO com os governos estadual e federal. Adicionalmente, como terceira ilustração, quando o chamado projeto de “reforma agrária de mercado” financiado pelo Banco enfrentou muitas críticas e uma investigação pelo Painel de Inspeção do Banco Mundial, a CONTAG e outras entidades tiveram um papel fundamental em negociar mudanças no projeto. Hoje, muitas dessas relações estão integradas diretamente no nível dos projetos, onde os representantes do Banco Mundial interagem regularmente com os atores sociais e as entidades da sociedade civil.

O Banco também estabeleceu um contato mais formal com políticos do PT, na época no campo oposicionista, como Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, os quais participaram de várias conferências na América Latina, convidados pelo Banco, para expor sobre o combate à pobreza e políticas sociais. Creio que esses contatos iniciais foram bastante oportunos, pois quando o PT chegou à presidência, em 2002, as relações entre o Banco Mundial e o governo não só começaram bem, mas foram surpreendentemente construtivas ao longo dos anos. O Banco apoiou de forma abrangente as iniciativas de combate à pobreza e exclusão dos governos do PT, especialmente o Bolsa Família. Outro sinal das boas relações foram os reiterados elogios que Presidente do Banco, James Wolfensohn, fazia na época sobre o Presidente Lula e seu governo.

Durante meu tempo no Banco Mundial também vivenciei casos emblemáticos que traziam à tona as contradições ideológicas na relação com a sociedade civil. Um caso emblemático foi a participação de uma delegação do Banco no Fórum Social Mundial (FSM). Eu organizei a ida do Vice-Presidente para Relações Externas e sua delegação ao Fórum de 2002, em Porto Alegre. Enquanto participávamos de várias atividades paralelas, como uma reunião de consulta com líderes de ONGs brasileiras, participação em um simpósio para prefeitos, e um jantar com o Prefeito Tarso Genro, fomos aconselhados a não ir fisicamente ao Fórum, pois haveria resistência à presença de um dos principais atores da “globalização”

no evento. Outro caso curioso foi a manifestação em frente à sede do Banco em Brasília de organizações como o MST, ABRA, e Rede Brasil, contrárias às políticas de reforma agrária. Fui designado para receber o abaixo assinado de várias lideranças da sociedade civil com as quais me relacionara alguns anos antes.

Comentários sobre o Brasil atual

À luz da fortuna que a vida me ofereceu, em termos de experiências pessoais intensas e privilegiadas, em minhas relações com o Brasil e os brasileiros, tecerei alguns comentários conclusivos, embora sucintos, sobre a crise atual que o Brasil ora experimenta, suas causas e possíveis soluções, esperando também contribuir com as demais reflexões oferecidas nesse livro. São convicções nascidas na minha trajetória singular de ter atuado em várias organizações não governamentais e governamentais, em campos opostos do espectro ideológico, uma experiência de vida que foi sempre caracterizada por intensa interação humana com diversas classes sociais e personagens brasileiros e em distintas regiões do Brasil. Sendo uma pessoa “bicultural”, como antes afirmado, também vou incluir algumas análises comparativas entre a cultura e política do Brasil e dos Estados Unidos.

O meu primeiro comentário é que apesar desta ser uma das piores crises econômicas e políticas que o país já enfrentou em sua história, sou otimista que o Brasil e os brasileiros sairão mais fortalecidos desta conjuntura. Como sabemos, a história do Brasil, nos últimos cinco séculos, tem sido caracterizada por crises cíclicas. Países parecem requerer a ocorrência de repetidas crises para poder corrigir problemas e adotar comportamentos e políticas mais avançadas. No caso da construção da democracia e o aperfeiçoamento do estado de direito, todos os países do mundo necessitaram passar pelas mesmas etapas de poder absoluto, autoritarismo e populismo, até chegar a um modelo mais democrático e socialmente equitativo. Infelizmente, a história comparativa mostra que não existe “queima de etapas” para esses processos políticos, embora as sociedades possam apreender com as experiências de outros países e acelerar os avanços. O Brasil, como os Estados Unidos no século passado, só vai conseguir construir um estado de direito pleno através do combate à corrupção, impedimento de governantes em certas situações e a adoção de reformas políticas que possam aperfeiçoar o sistema político. O otimismo não é exagerado ou a expressão de desejo, mas nasce do distanciamento (geográfico) que mantenho do Brasil e, portanto, sem o calor dos debates e a polarização atualmente em curso no país. Adicionalmente, é também leitura da história de outras nações e seus respectivos processos de construção democrática: se existem fases que são singulares, específicas e únicas, para cada país particular, existem também processos que são universais e uma trajetória de crises com alguma regularidade parece, sem dúvida, também fazer parte da consolidação institucional.

Desta visão mais otimista sobre o Brasil decorre o segundo comentário. Entendo que os brasileiros são demasiadamente críticos consigo mesmos, além de serem exageradamente pessimistas com relação ao futuro. A visão comum de que o Brasil é um país do “futuro” e que nunca conseguirá alcançar seu potencial sempre me pareceu nitidamente derrotista. Embora sempre tenha entendido como um disparate a visão ufanista que muitos norte-americanos mantêm sobre o seu próprio país, o qual seria “o melhor do mundo”, creio que falta ao povo brasileiro, similarmente, acreditar mais na capacidade e avanços do próprio país. O que o povo americano tem em demasia, ou seja, o patriotismo extremado, o povo brasileiro, pelo contrário, tem de menos. Se comparado com outros países emergentes, especialmente com os outros

BRICS (Rússia, Índia, China e África do Sul), os grandes avanços dos últimos vinte e cinco anos com relação à consolidação da democracia, o fortalecimento da imprensa e especialmente o aprimoramento de um judiciário independente, são conquistas históricas que colocam o Brasil numa posição vantajosa para também construir uma economia moderna e uma sociedade menos desigual.

Sou o primeiro a admitir que os problemas políticos e sociais no Brasil são difíceis de resolver, mas serão insuperáveis se for aceito o pressuposto acerca da incapacidade supostamente inata dos brasileiros. A psicologia mais elementar ensina que as pessoas alcançam metas condizentes com suas expectativas. Se as expectativas são baixas, as metas alcançadas serão necessariamente rebaixadas. Creio que essa dialética comportamental também se aplica a países. Se o cidadão mantém baixas expectativas em termos de exigir governantes representativos e éticos, esses, quase naturalmente, agirão de forma populista e propensa à corrupção. É por essa razão que brasileiros não só devem reconhecer os importantes avanços já conquistados, mas devem continuar a demandar um sistema político à altura do país. Nesse sentido, creio que as manifestações populares iniciadas em 2013 em apoio às investigações da Lava Jato demonstraram que os brasileiros estão ampliando as suas expectativas com relação ao comportamento que esperam de seus governantes. Esse é um bom sinal. Neste sentido, tenho a impressão que enquanto foram organizações da sociedade civil e políticos e que lideraram a redemocratização nos anos 80, serão os cidadãos e os juízes que nos anos vindouros irão consolidar a democracia através do efetivo combate a corrupção.

Chego ao meu terceiro comentário. Como historiador, vejo que os dois grandes problemas de origem que contribuíram diretamente para adiar o desenvolvimento socioeconômico e político no Brasil são, de um lado, o legado colonial e, de outro, a atuação das elites brasileiras. Creio que existe consenso entre historiadores renomados, como Sérgio Buarque de Holanda e seu conceito do país cordial, porém desigual, que o modelo mercantilista, imperial e escravocrata dos portugueses inibiu o surgimento de um país mais democrático e equitativo. Por esse motivo, creio que o Brasil ainda sofre os resquícios do clientelismo, corrupção, desigualdade e racismo herdados do período colonial. Contraste o fato com a experiência colonial nos Estados Unidos, onde a nação emergiu após a chegada de pobres imigrantes que fugiam da repressão religiosa na Europa, uma temerária guerra de independência contra os ingleses e uma constituição garantindo direitos universais aos seus cidadãos. Devo mencionar, porém, que a exceção gritante a esta narrativa democrática foi a escravidão e o genocídio de populações afrodescendentes. Apenas recentemente os Estados Unidos começam a reconhecer e reparar esta mancha trágica em sua história nacional.

O contraste entre a história colonial dos dois países também fica evidente na forma como os brasileiros e americanos tratam o espaço pessoal e político hoje. No Brasil, as pessoas tendem a valorizar muito mais o espaço pessoal e familiar da “casa” do que os espaços comuns e coletivos da “rua”. Creio que esta tendência nasceu durante o período colonial quando o espaço público (leis, governos e impostos) era rigidamente subjugado pela Corte Portuguesa e, portanto, a opção pelo espaço pessoal era uma forma consciente de resistência. Na política isto se traduz em clientelismo e políticos mais interessados em defender seus interesses pessoais e familiares do que o bem comum. Nos Estados Unidos, por outro lado, os americanos tendem a valorizar mais o espaço comunitário e a respeitar os preceitos da cidadania, ao mesmo tempo em que minimizam o espaço pessoal. Esta tendência surgiu desde a implantação dos povoados coloniais onde o *village green* ou espaço comum pertencia a todos e a governança era bastante

democrática. Por esse motivo, as leis e regulamentos votados a coibir o enriquecimento ilícito ou o nepotismo familiar são mais rigorosamente aplicadas, embora obviamente existam casos onde políticos tentam driblar as leis. Por outro lado, a falta de uma forte ênfase na vida familiar explica em parte porque os Estados Unidos têm um dos índices de divórcio mais altos do mundo e o modelo da família tradicional está se desestruturando. Tendo em vista esta dicotomia clara entre os dois países, sempre pensei que o ideal seria combinar aqueles aspectos positivos de cada cultura, ou seja, a valorização do espaço pessoal no Brasil onde a vida familiar é bastante forte, junto com a valorização do espaço público nos Estados Unidos onde a classe política atua mais em prol do bem comum. Permanece, contudo, aberto o desafio acerca das iniciativas e processos sociais e culturais que poderiam abrir caminho para esta virtuosa combinação entre as duas tendências citadas.

Outra consequência do legado colonial é que o Brasil viu o nascimento de elites econômicas e políticas que atuam no espaço público como se este fosse privado e sempre procurando satisfazer os seus próprios interesses e pouco contribuem para o desenvolvimento do país. Não é uma elite empreendedora e competente que estaria à altura de um país do porte do Brasil. Lembra aquele ditado que diz que as elites estão dispostas a “entregar alguns anéis para não perder os dedos”. Muitas vezes as elites estão mais interessadas em viver vidas de alto luxo através de ganhos ilícitos e rápidos, do que respeitar as leis, valorizar a ética de trabalho, e investir no futuro do país (e ganhar no longo prazo). Por outro lado, como alguém que passou décadas viajando pelo país, conhecendo e apoiando trabalhadores rurais, favelados, afrodescendentes, e povo indígenas, tenho a convicção que o Brasil tem um povo perseverante e empreendedor. Foram essas populações, e não as elites, que construíram o país através dos séculos. Por esse motivo, rejeito a visão propagada por alguns, os quais culpam o atraso do país na falta de capacidade de seu próprio povo. Pelo contrário, o grande empecilho para o desenvolvimento da sociedade brasileira são as elites econômicas e políticas que conspiram contra os avanços demandados pelo país.

Contraste esta visão, relativamente dominante no Brasil, com aquela predominante nos Estados Unidos, onde existe a percepção generalizada de que o país nasceu do esforço conjugado de pobres emigrantes. A visão de uma democracia que nasceu “de baixo” é reforçada pela exaltação de Abraham Lincoln, que começou sua carreira como um pobre e rústico advogado rural, e é hoje considerado o melhor e mais importante presidente da história americana. Até as elites econômicas e políticas dos Estados Unidos, ainda que injustamente favorecidas, tem uma longa tradição de contribuir para o bem comum. Desde as famílias Ford e Rockefeller, que criaram universidades, hospitais, fundações e centros de arte que hoje jogam um papel fundamental na vida do país, até dinastias políticas como as dos Roosevelt e Kennedy, cuja missão maior tem sido contribuir para o bem do país através da introdução de leis voltadas à justiça social e os direitos civis. Os recentes casos dos empresários e políticos condenados na Lava Jato exemplificam bem este ponto. Enquanto um governador do estado de Virgínia, onde resido, em caso recente foi processado por ter recebido dinheiro e joias de um empresário, totalizando 150 mil dólares, no Brasil os corruptos da Petrobrás e políticos não se contentaram em exigir milhares, mas centenas de milhões de dólares em propinas. Esses valores não são apenas ultrajantes, mas demonstram ao mesmo tempo a avidez sem limites dessas elites.

O que ainda falta no Brasil são políticas sociais mais robustas que permitam às populações ainda marginalizadas exercerem seus plenos direitos econômicos e sociais como cidadãos. Creio que as políticas

sociais empreendidas pelos governos do PSDB e PT durante os recentes mandatos presidenciais, como o Sistema Único de Saúde, Comunidade Solidária, Bolsa Família e as políticas de promoção da igualdade racial, estão sendo fundamentais para começar a diminuir a injustiça e desigualdade social, também contribuindo para deslanchar o potencial econômico destas populações excluídas. O próprio Banco Mundial tem apoiado os programas de combate à pobreza e endossado as políticas afirmativas voltadas a diminuir a discriminação racial, de gênero e sexual no Brasil. De fato, o Banco tem ativamente exportado o modelo de “transferência condicional de renda” embutido no Bolsa Família a mais de quarenta outros países.

Isto me leva ao meu último comentário, que é a necessidade urgente de uma reforma política no Brasil que permita reduzir a corrupção e aumentar a fiscalização dos cidadãos sobre os governos e políticos. Creio ser importante registrar que o Brasil já possui alguns mecanismos de governança política que estão entre os mais avançados no mundo, e dos quais os brasileiros devem se orgulhar. Esses incluem a justiça eleitoral, o financiamento público das campanhas eleitorais e o sistema de votação eletrônica nacional. Contraste-se esses aperfeiçoamentos com o sistema eleitoral americano, que é incrivelmente descentralizado, confuso e anacrônico. Cada um dos 50 estados norte-americanos tem o seu próprio sistema de votação, não existem limites às contribuições financeiras secretas às candidaturas e o obsoleto colégio eleitoral resultou na eleição de dois presidentes nos últimos vinte anos (Bush e Trump) que não obtiveram a maioria dos votos diretos a nível nacional.

Não vou entrar no mérito de qual sistema, presidencial ou parlamentar, ou ainda sobre as reformas específicas necessárias, mas simplesmente apontar alguns princípios norteadores que deveriam guiar a reforma política no Brasil. Primeiro, creio ser necessário aprovar leis e criar incentivos financeiros para diminuir o número e moralizar o comportamento dos partidos políticos. Embora o sistema partidário binário dos Estados Unidos não seja a solução, pois leva ao impasse político que vivenciamos hoje, um número menor de partidos mais representativos e com claros contornos doutrinários seria melhor para o sistema político brasileiro. Segundo, creio que o voto distrital é urgente, para dar aos eleitores a capacidade de acompanhar e fiscalizar seus representantes. O fato de que os deputados e senadores americanos representam um distrito delimitado ou eleitores específicos em cada estado, facilita a fiscalização dos mesmos pelos cidadãos. Terceiro, deve-se acabar com o foro privilegiado para os políticos, pois ele incentiva a corrupção e a impunidade. Como rege a Constituição de 1998, nenhum político está acima da lei e todos devem, portanto, ser investigados pela justiça comum.

Finalizando, não poderia deixar de comentar o conturbado momento político que estamos vivenciando nos Estados Unidos com a eleição do Presidente Trump. Creio que é consenso quase universal a percepção de que os Estados Unidos nunca tiveram um presidente como ele, sem nenhuma experiência política, conhecimento da história, compreensão da Constituição, ou senso de ética. Com certeza, é um contexto que representa um desafio sem precedentes para o sistema democrático americano. Paradoxalmente, a crise política nos Estados Unidos está ajudando a diminuir as diferenças históricas entre os nossos dois países. Pela primeira vez, que eu me lembre, estamos observando graves crises políticas simultâneas, entre o Brasil e os Estados Unidos, e é difícil dizer qual das duas é potencialmente a mais séria. Muitos americanos sempre acharam que a democracia americana estava acima das democracias vistas como mais frágeis da América Latina, e que por esse motivo as respectivas crises políticas nunca seriam comparáveis.

O que a Presidência Trump tem demonstrado é que a democracia norte-americana também é suscetível a experimentar crises de liderança e que os Estados Unidos, como o Brasil, igualmente necessitam de reformas políticas urgentes.

Um aspecto instigante desse momento que estamos observando é o fenômeno das redes sociais no campo político. Fico admirado com os *posts* de meus colegas brasileiros e americanos criticando os desmandos políticos, pois são bastante similares em tom e conteúdo. Considero bastante positivo este crescente intercâmbio eletrônico sobre as duas realidades, e creio que isto levará a um maior entendimento político e cultural no futuro. Espero que um aspecto positivo que possa emergir da crise política nos Estados Unidos seja uma atitude de maior modéstia sobre a suposta superioridade de seu modelo de democracia, e que os brasileiros acreditem mais na sua capacidade de aprimorar a democracia brasileira através da pressão popular e o combate à corrupção.

Termino o capítulo onde comecei. Tenho orgulho de sempre dizer que sou “brasileiro de coração” e continuo otimista enquanto ao futuro do país, mesmo com a persistência da crise atual. Sempre pensei que não existiria uma alternativa diferente da que mantenho, pois ser cínico ou fortemente pessimista em relação ao país não seriam posturas responsáveis ou construtivas. Na realidade, o Brasil tem vivenciado enormes avanços econômicos, sociais e políticos nas últimas décadas e tenho certeza que esses avanços continuarão. Há três anos decidi intitular o curso que tenho lecionado em Washington de *Brasil Rising* ou “O Brasil que desponta”, pois o título ainda refletia a euforia do período anterior de crescimento econômico e redução da pobreza. Vários estudantes têm me perguntado se não deveria mudar o nome para algo menos triunfalista que melhor reflita a crise atual. Sempre respondo da mesma forma, enfatizando que eventualmente, e espero que seja em breve, o título do curso voltará a fazer jus à trajetória ascendente do Brasil.